

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
ETEC DR. EMÍLIO HERNADEZ AGUILAR

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL

FRANCO DA ROCHA

2011

CENTRO PAULA SOUZA
ETEC DR. EMÍLIO HERNANDEZ AGUILAR

NATALIA GALIASI

SUELEN TAKANO

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL

Trabalho apresentado ao Grupo de Estudos Históricos, sob o tema relacionado à cima, com foco na Escravidão no Brasil colonial. Destinado à instituição de ensino Etec Dr. Emílio Hernandez Aguilar, com a obtenção de nota.

Orientadora: Mara Cristina.

Disciplina: GEH.

FRANCO DA ROCHA

2011

Índice

Introdução.....	4
Capa do Livro.....	5
Escravidão Indígena.....	6
Escravidão Africana.....	8
Caminhos da liberdade	12
As marcas da escravidão.....	14
Conclusão.....	15
Bibliografia.....	16

Introdução

A escravidão no Brasil se consolidou como uma experiência de longa duração que marcou diversos aspectos da cultura e da sociedade brasileira. Mais que uma simples relação de trabalho, a existência da mão de obra escrava africana fixou um conjunto de valores da sociedade brasileira em relação ao trabalho, aos homens e às instituições. Nessa trajetória podemos ver a ocorrência do problema do preconceito racial e social no decorrer de nossa história.



6ª
Edição

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL

GLÓRIA PORTO KOK



Índios
e negros:
história de escravidão
e resistência
na colônia.



Editora
Saraiva

Escravidão Indígena

Com efetivo início da colonização do Brasil, os portugueses tinham a necessidade de empreender um modelo de exploração econômica das terras que fosse capaz de gerar lucro em pouco tempo. Para tanto, precisariam de uma ampla mão-de-obra capaz de produzir riquezas em grande quantidade e, dessa forma, garantir margens de lucro cada vez maiores para os cofres da Coroa Portuguesa.

Contudo, quem poderia dispor de sua força de trabalho para tão ambicioso projeto?

Inicialmente, os portugueses pensaram em aproveitar do contato já estabelecido com os índios na atividade de extração do pau-brasil. Nesse período, os índios realizavam essa extração por meio de um trabalho esporádico recompensado pelos produtos trazidos pelos lusitanos na prática do escambo. Em contrapartida, o trabalho nas grandes propriedades exigia uma rotina de trabalho longa e disciplinada que ia contra os hábitos cotidianos de boa parte dos indígenas.

Além disso, as mortes causadas pelo trabalho forçado, às mortais epidemias contraídas no contato com o homem branco e ruptura com a economia de subsistência dos indígenas impedia a viabilidade desse tipo de escravidão. Ao mesmo tempo, devemos levar em conta que o controle sobre os índios escravizados era bem mais difícil tendo em vista o conhecimento que tinham do território. Dessa forma, a vigilância se tornava algo bastante complicado.

Como se não bastasse esses fatores de ordem cultural, biológica e social, a escravidão indígena também foi extensamente combatida pela Igreja no ambiente colonial. Representados pela Ordem Jesuíta, os clérigos que aportavam em terras brasileiras se envolveram em uma série de disputas em que repudiavam o interesse dos colonos em converter os índios em escravos. Tal postura se justificava no interesse que os clérigos católicos tinham em facilitar o processo de conversão religiosa dos índios.

Apesar de sua influência e autoridade, muitos padres foram explicitamente afrontados pela ganância de colonos que saíam pelo território em busca de índios. Na maioria das vezes, a escravidão indígena servia como alternativa à falta e o alto custo de uma peça trazida da África. Preferencialmente, os colonos atacavam as populações indígenas ligadas às missões jesuíticas, pois estes já se mostravam habituados à rotina e aos valores da cultura ocidental.

Mediante a forte pressão dos religiosos, Portugal proibiu a captura de índios por meio de uma Carta Régia emitida no ano de 1570. Segundo esse documento, os índios só poderiam ser presos e escravizados em situação de guerra justa. Ou seja, somente os índios que se voltassem contra os colonizadores estariam sujeitos à condição de escravos. Por meio dessa medida, os colonizadores conseguiram manter a escravidão indígena durante todo o período colonial.

Ambiguidade da Coroa Portuguesa

Para os tupinambás, que acreditavam com frequência os estabelecimentos portugueses, a Coroa incendiou a morte e a escravidão de parte deles e o enforcamento de seus chefes nas aldeias para que servissem de exemplo aos demais. Assim, enforcamento, exposição do corpo em apodrecimento, exibição de peças de artilharia e represálias às aldeias hostis foram os primeiros instrumentos utilizados pela política da Coroa para sujeitar os índios.



Contato dos portugueses com os indígenas



Escambo entre os portugueses e indígenas

Escravidão Africana

Inicialmente, os portugueses almejavam utilizar da força de trabalho dos nativos para que a exploração econômica fosse concretizada. No entanto, a mão-de-obra indígena foi refutada mediante a dificuldade de controle sobre populações que ofereciam maior resistência e também por despertar o interesse da Igreja em utilizá-los como novos convertidos ao cristianismo católico. Ainda assim, as regiões mais pobres, em que a força de trabalho era mais escassa, os índios ainda foram utilizados como escravos.

Para contornar a crescente demanda por força de trabalho, Portugal resolveu então investir no tráfico de escravos vindos diretamente da Costa Africana. Tal opção se tornava viável por dois motivos essenciais: o domínio que Portugal já possuía em regiões da África e as possibilidades de lucro que a venda desses escravos poderiam trazer aos cofres da Coroa Portuguesa. Além disso, havia o apoio da própria Igreja Católica que associava os africanos à prática do islamismo.

Além de incentivar a exploração de uma nova atividade comercial, o tráfico negreiro ainda incentivava o desenvolvimento de outras atividades econômicas. A indústria naval crescia ao ampliar a necessidade de embarcações que pudessem fazer o transporte dos negros capturados. Ao mesmo tempo, incentivou as atividades agrícolas ao ampliar, por exemplo, as áreas de plantação do tabaco, produto agrícola usualmente utilizado como moeda de troca para obtenção dos escravos.

A obtenção de escravos era feita a partir de firmação de acordos comerciais com algumas tribos, principalmente as que se localizavam na região do litoral Atlântico do continente. Na verdade, a escravidão já integrava as práticas sociais e econômicas dos africanos mesmo antes do processo colonial. Em geral, essa população escrava era resultado da realização de guerras ou da aplicação de penas contra aqueles que cometessem algum tipo de delito.

A partir da chegada dos portugueses à África, a prática antes desenvolvida no contexto social e político das populações africanas, veio a integrar uma atividade comercial sistemática integrada à economia mercantilista européia. Dessa maneira, a escravidão se transformou em uma atividade econômica de caráter essencial. Um dos resultados dessa transformação foi que, entre os séculos XV e

XIX, o número de escravos provenientes da Costa Africana ultrapassou a marca dos 11 milhões de cativos.

Trazidos ao ambiente colonial, esses escravos eram usualmente separados de seus amigos e familiares para que evitassem qualquer tentativa de fuga. Após serem vendidos a um grande proprietário de terras, os escravos eram utilizados para o trabalho nas grandes monoculturas e recolhidos em uma habitação coletiva conhecida como senzala. Esse tipo de escravo era conhecido como escravo de campo ou escravo de eito e compunha boa parte da população escrava da colônia.

A rotina de trabalho desses escravos era árdua e envolvia uma pesada rotina de trabalho que poderia alcançar um turno de dezoito horas diárias. As condições de vida eram precárias, sua alimentação extremamente limitada e não contava com nenhum tipo de assistência ou garantia. Além disso, aqueles que se rebelava contra a rotina imposta eram mortos ou torturados. Mediante tantas adversidades, a vida média de um escravo de campo raramente alcançava um período superior a vinte anos.

Outros tipos de escravos também compunham o ambiente colonial. Os escravos domésticos que viviam no interior das residências tinham melhores condições de vida e tinham a relativa confiança de seus proprietários. Geralmente os cargos domésticos eram ocupados por escravas incumbidas de cuidar da casa, das crianças e, inclusive, estar sexualmente disponível ao seu senhor. Nas cidades, ainda temos a figura dos escravos de ganho, que poderia reverter lucro ao seu dono ao cuidar de um comércio ou vender produtos.

Muitos escravos, quando não submissos ao processo de exploração, articulavam planos de fuga e desenvolviam comunidades auto-suficientes costumeiramente chamadas de quilombos. Nesses locais de fuga desenvolviam uma pequena agricultura associada a atividades artesanais constituídas com o objetivo de atender a demanda da própria comunidade. Entre os principais quilombos destacamos o Palmares, que se desenvolveu em Alagoas, na região da Serra da Barriga. Considerado principal foco de resistência negra, Palmares só foi destruído no final do século XVII.

O Lucrativo tráfico negroiro

Esse tráfico era extremamente lucrativo e também estava ligado ao açúcar, pois a mão de obra que trabalhava nos engenhos era formada por escravos. Ou seja, o que moveu a presença holandesa no Brasil foram interesses puramente comerciais. Prova disso é o fato de que as invasões holandesas foram organizadas por uma empresa particular, a Companhia das Índias Ocidentais.

Africanos nos engenhos

Os engenhos eram constituídos por um imenso canavial, uma casa grande onde moravam os senhores do engenho e as suas famílias, outra casa chamada "Senzala" onde ficavam as habitações dos escravos, casas para os trabalhadores livres e havia ainda a casa do engenho: instalações onde se encontrávamos aparelhos destinados ao fabrico do açúcar.

No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos.

Cativos das minas

Diante da queda do preço do açúcar no mercado internacional no final do século XVII, a metrópole passou a incentivar os paulistas a saírem em busca de ouro pelo sertão. De fato, a descoberta de jazidas de ouro, a partir da última década do século XVII, trouxe profundas alterações na estrutura da sociedade colonial.

Escravos urbanos

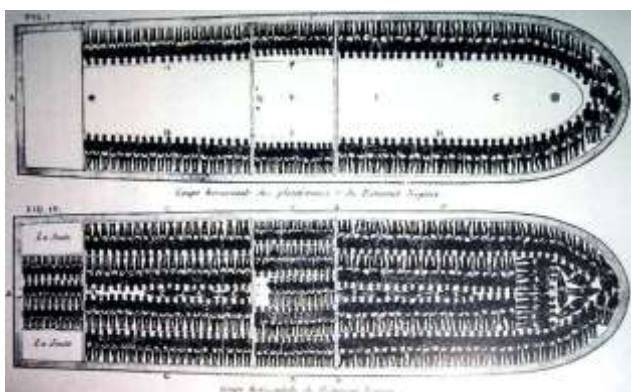
Nas cidades, os escravos podiam trabalhar como escravos artesãos, de serviços urbanos e domésticos.



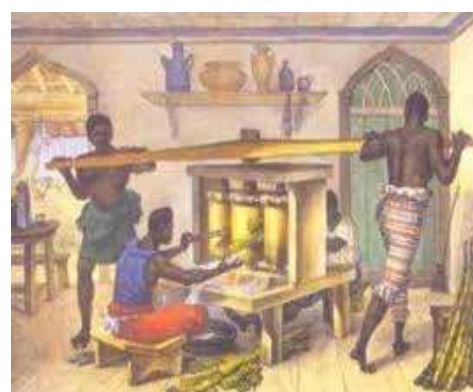
Principais rotas do tráfico Negroiro



Mapa das regiões para onde ia os escravos



Interior do Navio Negroiro



Escravos trabalhando no Engenho

Caminhos da liberdade

Na segunda metade do século XIX surgiu o movimento abolicionista, que defendia a abolição da escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco foi um dos principais abolicionistas deste período.

A região Sul do Brasil passou a empregar trabalhadores assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros, a partir de 1870. Na região Norte, as usinas produtoras de açúcar substituíram os primitivos engenhos, fato que possibilitou o uso de um número menor de escravos. Já nos principais centros urbanos, era grande a necessidade do surgimento de indústrias. Visando não causar prejuízo financeiro aos proprietários rurais, o governo brasileiro, pressionado pelo Reino Unido, foi alcançando seus objetivos lentamente.

Resistências individuais e Resistência coletiva

A resistência escrava adquiriu diversas facetas, quer em suas manifestações individuais quer em suas expressões coletivas. Cotidianamente, as formas mais corriqueiras faziam-se através da desobediência, da diminuição do ritmo de trabalho ou mesmo, da sabotagem (com a quebra de implementos de trabalho, maus-tratos a animais, destruição de plantações, incêndio a senzalas, dispersão de rebanhos, etc.). Esse tipo de resistência precisava de uma grande cooperação entre os escravos para que pudesse ser bem sucedida, pois geralmente, a aplicação de castigos extremamente severos não poderia envolver um grande número de escravos, pois isto implicaria no prejuízo do senhor.

Quanto às formas mais explícitas de resistência individual podemos notar que comumente possuíam um caráter mais extremado e, como exemplos, citamos: ataques físicos contra senhores (e toda sua parentela), administradores e feitores.

A matança de crianças recém-nascida, os suicídios (em gerais provocados pela ingestão de terra), os abortos, o banzo. A resistência escrava contava ainda, com uma importante arma, a fuga, que poderia ser individual ou coletiva.

Coletivamente a resistência escrava pode ser compreendida a partir de guerrilhas, insurreições, revoltas e principalmente pela formação de Quilombos que representavam bem mais que uma manifestação de lutas de classes, mas também, uma das representações do sentido de liberdade.

Quilombos

Sendo local de refúgio, os escravos escolhiam localidades de difícil acesso que impedissem uma possível recaptura. Além disso, os quilombos também eram estrategicamente próximos de algumas estradas onde poderiam realizar pequenos assaltos que garantissem a sua sobrevivência. Não sendo abrigo apenas de escravos, os quilombos também abrigavam índios e fugitivos da justiça.

Representaram uma séria ameaça para a ordem escravocrata vigente. Não por acaso, vários governos que controlaram a região organizaram expedições que tinham por objetivo estabelecer a destruição definitiva de Palmares. Contudo, os quilombolas resistiram de maneira eficaz e, ao longo de oitenta anos, conseguiram derrotar aproximadamente trinta expedições militares organizadas com este mesmo objetivo.

As marcas da escravidão

Apesar do fim da escravidão, a abolição não foi acompanhada por nenhuma ação no sentido de integrar o negro à sociedade brasileira. A discriminação racial e a exclusão econômica persistiram ao longo do século XX. Apesar de várias ações governamentais que atualmente querem atenuar o peso dessa “dívida histórica”, ainda falta muito para que o negro supere os resquícios de uma cultura ainda aberta ao signo da exclusão.

Conclusão

Tendo forte presença no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, a escravidão africana e indígena trouxe marcas profundas à atualidade. Entre outros problemas destacamos a desvalorização atribuída às atividades braçais, um imenso processo de exclusão sócio-econômica e, principalmente, a questão do preconceito racial. Mesmo depositado no passado, podemos ver que as heranças de nosso passado escravista ecoam na constituição da sociedade brasileira.

Ficha Bibliográfica

Escravidão No Brasil Colonial, A - **Gloria Porto Kok** (1997).